

## RESENHAS

**BLÁZQUEZ, Gustavo. 2012. *Los atos escolares: el discurso nacionalizante en la vida escolar*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores. 271 pp.**

**Pedro Gondim Davis**

Doutorando PPGAS/MN/UFRJ

Resultado do cruzamento e da análise de dados produzidos a partir de duas pesquisas etnográficas realizadas na segunda metade dos anos 1990, o livro de Gustavo Blázquez apresenta o histórico de constituição e descrições de um tipo específico de performance patriótica escolar argentina: os atos escolares. Caracterizados logo na Introdução como “um tipo de representação dramática realizada nas escolas por ocasião de uma série de datas estabelecidas oficialmente e de acordo com formas também sancionadas pelas autoridades estatais, [os atos escolares] recordam acontecimentos históricos e sancionam valores considerados fundantes da argentinidade” (:13). A divisão do livro em duas partes corresponde fundamentalmente às distintas investigações empreendidas pelo autor. Os cinco capítulos que se seguem à Introdução conformam a primeira parte da publicação, focada na “análise da sociogênese do ato escolar como forma de celebrar a nação” (:16).

De acordo com o autor, essa pesquisa respondia à necessidade de dar densi-

dade histórica às suas observações etnográficas. Estas, no caso, dizem respeito ao trabalho realizado ao longo do ano de 1995, quando desenvolveu uma etnografia dos atos escolares na cidade de Córdoba. Os dados dessa etnografia estão concentrados na segunda parte do livro, composta pelos cinco capítulos finais mais o Epílogo, na qual Blázquez trata de “analisar como diferentes performances patrióticas participam atualmente na formação do Estado nacional ao imaginar, expor e realizar de modo prático uma história nacional e maneiras de ser argentino” (:15). O fio que conduz o leitor por entre os dois universos detalhadamente constituídos pelo autor é a preocupação em estabelecer uma ponte entre o “sempre inconcluso processo de instauração do Estado” e o sistema educacional argentino, seja através da descrição da instauração, da expansão e dos dispositivos de controle desse sistema e de suas práticas (dentre elas os atos escolares), seja através das observações relativas à efetividade simbólica/estética/ritual dessas práticas, “sendo os atos escolares o Estado em sua realização cotidiana, um exemplo da performatividade constante do seu processo de formação, da nacionalização dos sentimentos e da materialização dos sujeitos nacionais” (:19).

A partir de diligências em meio a “nativos de papel”, o pesquisador apresenta uma profusão de dados que não

se resumem a um quadro informativo referente à formação do Estado nacional argentino e do seu sistema educacional ao longo do século XIX. Não obstante a preocupação em marcar com o rigor dos historiadores as datas, os eventos e os registros que pontuam a narrativa de cada um dos cinco primeiros capítulos, a descrição não deixa de evocar cenas, personagens e situações que nos permitem entrever as vozes e as práticas que ecoam dos "nativos de papel". O principal "informante" do etnógrafo na composição da primeira parte do livro foi o *Monitor da Educação Comum* (MEC), revista editada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão que então dirigia a educação elementar em grande parte do território argentino. Além do MEC, também foram consultados diversos outros "nativos", como obras literárias (de poesia gauchesca a memórias), revistas e jornais, discussões parlamentares, leis, textos científicos e ensaios sociológicos da época.

O recorte temporal estabelecido recai mais detidamente no intervalo entre os anos de 1870 e 1910, que correspondem, respectivamente, à fundação da Escola Normal do Paraná e aos festejos do Centenário da Revolução de Maio. No começo desse período ocorre uma ampliação do sistema de educação básico argentino, com ênfase na ação civilizadora que a escola deveria cumprir. A criação da Escola Normal do Paraná é essencial, pois veio cumprir a tarefa de instauração e normatização da formação de quadros para esse novo braço da burocracia estatal. Além do seu caráter exemplar, ela foi o berço das performances patrióticas escolares – esse "conjunto de formas dramáticas destinadas a celebrar a nação no espaço especificamente escolar" (:62). Para que a expansão de ideais e práticas ali germinados pudesse ocorrer de forma eficaz e sem perder o seu caráter centralizador,

foi criado na década seguinte o já citado CNE, que progressivamente se tornou o órgão responsável por controlar não apenas o sistema educacional primário das províncias, mas também as novas escolas normais.

A partir de diversas ações uniformizadoras o CNE deu impulso àquilo que era designado como "escola modelo", tendo no MEC o grande meio de promover a difusão das suas informações e resoluções, como a inclusão permanente, em 1900, das performances patrióticas escolares no regulamento de todas as escolas do território nacional. Blázquez destaca, contudo, que a ampla circulação da publicação em determinado território geográfico cumpriu também o papel de estabelecer uma "comunidade imaginada", operando a criação de um espaço unitário dentro do qual todos eram receptores de uma mesma mensagem.

Em um momento em que a elite governante da jovem nação argentina, fortemente influenciada por ideais higienistas, se mostrava enormemente interessada em consolidar a nacionalidade e a identidade nacional, diante sobretudo da ameaça do imigrante (normalmente pobre), a escola (que, na visão dessa mesma elite, ainda não havia cumprido a sua missão civilizadora) se apresentava como a grande chave para a difusão das emoções patrióticas. Assim, nos anos que antecederam à celebração do Centenário da Revolução de Maio, observaram-se reformas fundamentais no sentido de se estabelecer uma educação patriótica, "fundamentada na nacionalização de todos os conteúdos de ensino, na multiplicação das performances patrióticas escolares e na ocupação do espaço público através da participação escolar nas diferentes celebrações patrióticas" (:122). Apoiado em concepções foucaultianas, Blázquez destaca que as performances patrióticas escolares conformam a ma-

terialidade do poder que incide sobre os corpos dos indivíduos. Nesse caso, essa materialidade adquire uma forma estética, passível de ser avaliada enquanto tal ("um ato lindo") e de ser mimetizada, possibilitando o deslocamento do eixo temporal e tornando-se assim capaz de fazer aparecer um "nós".

Quando o foco se volta para a descrição etnográfica dos atos escolares em si, acompanhamos as maneiras pelas quais os elementos da trama habilmente montada por Blázquez na primeira parte do livro se fazem presentes no cotidiano de crianças e adultos implicados (muito ou pouco densamente) nas redes que envolvem o ambiente escolar. Ao adotar uma abordagem analítica que se nutre de conceitos teóricos provenientes da antropologia dos rituais e dos estudos de performances, a questão das condições de permanência, de transmissão ou de eficácia de práticas e saberes, ao longo desse intervalo temporal considerável, deixa de ser pensada enquanto algo situado tão somente no plano das ideias, das normas e das representações – uma vez que é posta em jogo a sua inscrição e a sua incidência sobre os corpos (disciplinados) e os espaços e objetos (organizados). Logo, os atos escolares podem ser tomados como uma janela privilegiada para a visada das relações entre seus distintos participantes (transcendendo, inclusive, as fronteiras da escola); dos processos de subjetivação implicados na produção de sujeitos nacionais e patrióticos; e da constituição de uma poética responsável por estabilizar imagens identitárias e conformar um imaginário nacionalizante.

Levando-se a cabo uma descrição dos atos escolares a partir dos intercâmbios que eles suscitam (entre alunos, mães, professoras, diretoras), o autor demonstra como elementos tal qual honra e prestígio ou obrigatoriedade/espontaneidade se inserem de diferentes maneiras nesse

circuito – ao modo das formulações maussianas. É também no seio desses intercâmbios que são estabelecidos os critérios de "bom gosto", enquanto um juízo de valor coletivo que se presta a avaliar os atos (que são consensualmente entendidos como um objeto passível de ser avaliado esteticamente). A ênfase na dimensão ritual dos atos escolares destaca-os como um "espaço-tempo transformador", capaz de sacralizar os símbolos pátrios e, a partir daí, exigir "posturas corporais que indiquem respeito e submissão", além de gerar nos participantes e nos espectadores uma "consciência diferente" sobre o que está se passando (:182).

Ao mesmo tempo, desde uma "perspectiva performativa da cultura e do discurso", é possível fundar um plano no qual enunciados patrióticos e discursos nacionalistas são sobrepostos às altamente reguladas performances escolares. Expressos como uma "forma particular de narrativa histórica" (na qual se dá conta do passado enquanto ele é encenado no presente), os atos escolares são responsáveis pela socialização de "metáforas interpretativas" acerca da nação. Dada a rotinização e a repetição das narrativas compartilhadas e encenadas, os atos "transformam essas metáforas em corpo". Ou ainda, "feitos uma e outra vez, os atos escolares fazem carne a palavra" (:221). Há ainda de se destacar que nesse "processo de nacionalização dos corpos e das subjetividades", capaz de mimetizar, através de representações do passado, as hierarquias sociais no e do presente, observa-se um potente marcador de gênero, (re)produtor de um binarismo que "produz diferencialmente argentinos e argentinas" (:253).

O livro de Blázquez resulta assim em uma interessante contribuição para os estudos antropológicos relativos aos processos de formação do Estado, de

produção dos sujeitos e de constituição de identidades nacionais; sobretudo em seus aspectos performativos e ritualizados, nos quais a materialidade dos poderes governamentais (em suas diversas manifestações), por meio das rotinas e das práticas cotidianas marcadas nos corpos, instaura um tempo-espaço diferenciado capaz de operar um movimento duplo, ao mesmo tempo de formação de subjetividades e de conformação da nação. Essa contribuição se torna especialmente significativa por tratar dessas questões no ambiente escolar, sem se ater, contudo, ao caráter evidentemente disciplinador dessa instituição. A escolha pelos atos escolares – usualmente formulados como um momento “festivo”, “espontâneo”, “desinteressado”, além do seu grande apelo estético – se apresenta assim como uma alternativa criativa e estimulante para se pensarem esses temas já caros à antropologia.

**FELTRAN, Gabriel de Santis. 2011. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp. 376 pp.**

**Aline Chaves Rabelo e Everton Rangel**

Mestrandos PPGAS/MN/UFRJ

*Fronteiras de tensão*, de Gabriel Feltran, é mais do que um convite à reflexão sobre os processos de mudança pelos quais as grandes cidades brasileiras e suas periferias passaram nas últimas décadas. Sobressai nesta pesquisa a análise das tensões e das violências decorrentes do processo de inscrição da população jovem de Sapopemba, *periferia consolidada* da Zona Leste da cidade de São Paulo, no mundo público. O livro nasce de uma etnografia das fronteiras que dividem o

espaço urbano, bem como dos fluxos e dos sujeitos mediadores que as atravessam. A abordagem de Feltran revela-se profícuca, uma vez que parte da desnaturalização do “dever ser” do tecido social e suas demarcações polarizadas.

No seio deste premiado trabalho, realizado entre os anos de 2005 e 2010, sobrepõe a concepção de política como jogo de disputas não apenas entre atores, mas pela formulação dos critérios de instituição do mundo público, no qual certos grupos sociais agem para reafirmar sua legitimidade, enquanto outros atuam para estabelecê-la. O mundo público é então regido pela política e constitui-se como espaço de visibilidade, circulação e confronto de discursos, onde o exercício do poder perpassa tanto a conformação da cena pública quanto o paradoxo da igualdade de direitos em uma sociedade profundamente hierarquizada.

Vale ressaltar que as proposições de cunho analítico foram desdobradas por Feltran em sintonia direta com a descrição da vida de pessoas de carne e osso. Conhecer as trajetórias da família de Dona Sílvia e Seu Cláudio, de Dona Ivete, Pedro e de tantos outros é também traçar um panorama que, ao recuar no tempo e combinar-se com o presente etnográfico, afirma e evidencia a heterogeneidade nas periferias urbanas.

Na primeira parte do livro, a discussão está centrada nas mudanças ocorridas, desde os anos 70 até os 90, no dia a dia dos moradores de Sapopemba. O marco temporal corresponderia à passagem do projeto da família operária de ascensão social, via ingresso no mercado de trabalho e moral religiosa católica, para novos arranjos familiares marcados pela individualização das opções de vida e pela expansão do léxico do crime.

Se, por um lado, na narrativa de Pedro apresentada no capítulo “As fronteiras do mundo do crime”, as famílias apare-